



DETEN QUÍMICA S.A.
CNPJ Nº 13.546.106/0001-37



RELATÓRIO DA DIRETORIA

CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário internacional em 2013 foi melhor do que o do ano anterior. Entretanto, as principais economias da América do Norte e Europa ainda se ressentem dos efeitos da crise financeira global e apresentam incertezas quanto à retomada sustentável do crescimento de suas atividades econômicas. Nesse contexto, a maior economia do mundo, a norte-americana, cresceu 1,9% (2012: 2,2%), a segunda maior economia, a chinesa, cresceu 7,7% (2012: 7,8%) e a Zona do Euro continuou em recessão, com queda no PIB de 0,4% (2012: -0,4%).

O desempenho da economia brasileira não foi o esperado e foi marcado por incertezas a partir de dois eventos relevantes: o primeiro, a provável mudança da política monetária americana, que jogou a taxa de câmbio para uma depreciação de mais de 13% muito rapidamente e a volatilidade pelas incertezas em relação a quando sairiam, de fato, as mudanças do programa de estímulos nos Estados Unidos. Em segundo, as manifestações populares de junho, que levaram a certo estancamento do consumo no início do terceiro trimestre.

Nessa linha, o PIB cresceu 2,3% (2012: 1%), fortemente influenciado pelo desempenho da agropecuária (safra recorde de grãos e cana de açúcar), que teve expansão de 7%, a maior desde 1996. Na sequência, aparece o setor de serviços (informação), que cresceu 2% e a indústria (eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana),

que cresceu 1,3%.

Como fatores positivos, aparecem a taxa de desemprego em 5,4% (2012: 5,5%), a inflação fechou em 5,9% (2012: 5,8%) dentro da meta do governo e a taxa de investimento foi de 18,4% do PIB (2012: 18,2%). Já a taxa de juros SELIC saiu de 7,25% a.a. no final de 2012, para 10,0% em dezembro de 2013.

O barril do petróleo sofreu alta ao longo do ano e fechou cotado a US\$ 110,63/barril, influenciado pelo maior consumo e valorização do dólar. Essa combinação de fatores interferiu diretamente nos preços e nas margens de nossos produtos.

PRODUÇÃO

A produção de LAB atingiu 181 mil toneladas, superior ao ano anterior em 1,9%, enquanto a de LAS atingiu 76 mil toneladas, 9,2% menor quando comparado ao ano de 2012, permitindo o pleno atendimento do mercado e a manutenção de níveis adequados dos estoques. Em 2013 também se obteve bons resultados em termos de economia de energia e de matérias-primas, como resultado da busca contínua pela melhoria do desempenho operacional, visando a otimização do consumo de matérias-primas e de recursos naturais (energia elétrica, gás natural e água).

VENDAS

Em 2013, a Companhia atingiu volumes recordes de vendas de LAB e LAS ao mercado interno, que, expressas em LAB equivalente, apresentaram crescimento de

8,9% em relação ao ano anterior, crescimento superior ao desempenho da economia (2,3%). Adicionalmente, o mercado brasileiro de detergentes cresceu 6,5%, o que pode ser atribuído à expansão do crédito e emprego, juntamente com as políticas de inclusão social adotadas pelo Governo. As exportações diminuíram 6,8% em 2013, por menores vendas "spots".

DESEMPENHO

O faturamento bruto de R\$ 1.317,3 milhões foi maior 16,2% em relação ao ano anterior, em função das maiores vendas de LAB equivalente em 2013. O lucro líquido atingiu R\$ 69,8 milhões, pouco inferior ao obtido em 2012 (R\$ 70,5 milhões), em 0,97%.

GESTÃO CORPORATIVA

Diversas ações e programas associados à responsabilidade social e à proteção do meio ambiente, bem como de valorização da força de trabalho e de criação de conceitos de sustentabilidade junto à sociedade estarão descritos no Balanço Social, publicado em sequência. A DETEN reitera seus agradecimentos a todas as partes envolvidas em suas atividades: Clientes, Acionistas, Empregados, Fornecedores, Órgãos Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, COFIC, ONGs e Comunidades, em especial às vizinhas Camaçari e Dias D'Ávila, pela importante contribuição para as realizações alcançadas em 2013.

BALANÇO SOCIAL 2013

INVESTIMENTO SOCIAL INTERNO

Oficina de Ideias e Inovações - A DETEN reconheceu e premiou os empregados que apresentaram as melhores ideias e inovações que geraram impactos econômicos ou de relevância organizacional. Dentre as Ideias/Inovações registradas, 18 foram implantadas, das quais 10 foram indicadas para premiação e premiadas.

Educação e treinamento - A Empresa investiu R\$ 378 mil no aprimoramento intelectual de sua força de trabalho, contemplando bolsas parciais de estudo em cursos de pós-graduação e língua estrangeira.

Programa de estágio - A Empresa manteve sua ação de transferir experiência prática para jovens em formação. Em 2013, técnicos e universitários, representando 4,09% do quadro de pessoal, estagiaram na DETEN.

Emprego a portadores de necessidades especiais - A DETEN, atendendo ao que preconiza a lei, mantém em seu quadro de pessoal portadores de necessidades especiais e empregados reabilitados.

Previdência Privada - A Empresa proporciona a seus empregados a participação no Fundo de Previdência Privada ICATU FMP, que suplementa aposentadorias e pensões, melhorando a qualidade de vida dos seus aposentados e pensionistas. Em 2013, o investimento foi de R\$ 1.837 mil.

Vacinação - Como parte do Programa de Qualidade de Vida, a Empresa ofereceu gratuitamente aos seus empregados vacinas contra Influenza A (H1N1). Foram vacinados 128 empregados.

Ginástica e Ergonomia - Como parte do Programa de Qualidade de Vida e Promoção da Saúde, a Empresa incentiva a realização de ginástica laboral e realiza orientações ergonômicas para seus empregados. Realizada uma inspeção/semestre em todas as áreas para orientações ergonômicas.

Alimentação do trabalhador - A DETEN proporciona alimentação balanceada, cardápio variado e opções de dietas, além de orientação nutricional para empregados, estagiários e contratados.

Transporte do empregado - A DETEN, participando de Pool I de ônibus do Polo Industrial de Camaçari, oferece transporte aos empregados, estagiários e mão de obra temporária por meio de ônibus climatizados e em roteiros planejados que gerem o menor tempo possível de viagem.

Atendimento odontológico dentro da Empresa - Em parceria com o SESI - Serviço Social da Indústria, foram realizados, gratuitamente em 2013, 560 procedimentos odontológicos a empregados, terceiros e estagiários, com atendimentos três dias/semana de janeiro a outubro/13 no Serviço Médico.

Grupo de Corridas - Como parte do Programa de Qualidade de Vida, a DETEN estimula a prática de atividades físicas promovendo o Grupo de Corridas, que foi formado em 2005 e conta com 14% dos empregados. Em 2013, o grupo alcançou a marca de 2.148 km percorridos, com 258 participações em 44 provas diferentes, sendo que cada atleta do grupo percorreu, em média, 72 km durante o ano somente em competições, numa evolução média de 46% dentre todos os números.

Auxílio Academia - A DETEN promove ajuda de custo para empregados regularmente matriculados em academias de ginástica e musculação.

GREDE - Grêmio Desportivo DETEN - A Empresa investe em apoio ao grêmio de empregados na promoção de confraternizações tradicionais (Natal, São João, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças). O GREDE oferece aos associados diversas opções de lazer e convênios com clube social, estabelecimentos comerciais e escolas.

Participação nos lucros e resultados - Em 2013, a DETEN manteve a prática instituída desde 1981 e pagou bonificação de 5,82 salários aos seus empregados, sob a forma de PLR - Participação nos Lucros e Resultados, como parte de seu Programa de Remuneração Variável.

INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE, HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA

A DETEN continua mantendo foco em prevenção de acidentes e incidentes, o que se reflete em seus resultados, mantendo-se em níveis baixos em relação às empresas do segmento químico/petroquímico.

O Programa Liderança Visível & Tolerância Zero frente aos Atos Inseguros, cujo objetivo é tornar mais visíveis as ações da liderança em SSHMA, alcançou 98,1% de cumprimento em 2013, fortalecendo ainda mais o compromisso de todos com a maior prioridade da DETEN que são as PESSOAS.

Ainda em 2013, o Programa Segurança Fora do Trabalho foi fortalecido com a intensificação de comunicações sobre o tema nos Boletins Semanais. Foi também realizada uma peça teatral por empregados, e distribuída uma Cartilha com dicas sobre segurança fora do trabalho para todos os empregados e contratados, desenvolvida internamente, com o intuito de disseminar o assunto fora da empresa. Entre os objetivos e metas ambientais da DETEN, pode-se destacar a execução dos programas de emissões fugitivas, com quase 3 mil medições na fonte, com resultados bem abaixo do limite estabelecido.

Programa Efluente Zero (PEZ) - O programa, lançado em 2003, visava reduzir o volume de efluente da Empresa com emissão de 15m³/hora, quando da implantação do programa. Passados 10 anos, a emissão de efluentes foi reduzida em 72%, alcançando a marca recorde de 4,2 m³/hora em 2013, apesar do aumento da produção no período. Trata-se de um programa inovador, confirmado pela obtenção dos prêmios FIEB de Desempenho Ambiental, na modalidade Produção Mais Limpa e segundo lugar no Prêmio Bahia Ambiental - categoria empresa sustentável, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) do Governo do Estado da Bahia.

11ª Oficina de Saúde e Meio Ambiente: Realizada no período de 05 a 08/06/13. Foram promovidas palestras com foco em Ergonomia, workshops, Diálogo Preventivo Geral conduzido pelo Diretor Geral José Luis Almeida, atividades de ginástica laboral, ações de Beleza Total e entrega do Cheque Verde a entidades carentes. Este ano houve a participação de partes interessadas (clientes, empresas vizinhas, sindicato, etc.). O evento foi encerrado com uma Caminhada Ecológica, na Praça das Algarobas (Caminho das Árvores), com a participação dos familiares, e servido um delicioso café da manhã.

Em comemoração ao Dia Mundial da Água (22 de março de 2013), a DETEN realizou campanha interna sobre o "Ano Internacional da Cooperação pela Água", com distribuição de Jornal Amigos da Natureza "Sem Água, Sem Vida", com distribuição de Jornal Amigos da Natureza "Sem Água, Sem Vida", que forneceu várias dicas para os trabalhadores e familiares de como contribuir para minimizar a escassez deste recurso tão precioso. Distribuiu materiais educativos para partes interessadas de Camaçari (Instituto Fábrica de Floresta e Prefeitura e Embasa de Camaçari), que promoveram evento envolvendo 300 estudantes da rede municipal de ensino.

DUTOVIA

A DETEN mantém em operação, em parceria com a Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, uma dutovia de 43 km de extensão para o transporte de sua principal matéria-prima, a normal-parafina, não utilizando o modal rodoviário, que em 2013 obrigaria a fazer 10.333 viagens (ida e volta), num total de cerca de 516.650 km por ano rodando-se pelas estradas, não fosse este o investimento e processo implantado. O investimento aportado e o aprimoramento processual atingido renderam uma economia à sociedade, durante o ano de 2013, de cerca de 258.325 litros de diesel, combustível fóssil e grande gerador de poluentes.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

Fortalecendo as parcerias, a DETEN informa mensalmente a seus fornecedores a sua respectiva avaliação resultante do fornecimento de materiais e/ou serviços. Além deste *feedback*, a DETEN participa, juntamente com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB, do Programa de Qualificação de Fornecedor - PQF, que tem como objetivo aumentar o volume e a qualidade dos negócios realizados no Estado da Bahia. Outra iniciativa da DETEN é o plano de seleção e qualificação realizado durante o ano com o objetivo de dar oportunidade a novos fornecedores. Tais instrumentos são considerados muito importantes tanto para os fornecedores como para a DETEN, pois com essas informações seu planejamento é feito para atendimento aos requisitos, sustentabilidade, perpetuação dos seus negócios, abrindo o caminho para a excelência. No ano de 2013, a avaliação média de fornecedores e prestadores de serviço obteve nota 8,92, o que demonstra que as ações tomadas estão gerando resultados positivos.

INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EXTERNOS

A Empresa tem como política o apoio a instituições comprometidas com projetos socioambientais. Em 2013, houve investimentos nos seguintes projetos:

TAMAR - Apoio ao programa brasileiro de preservação das tartarugas marinhas, com 33 anos de atuação e que tem como missão proteger as cinco espécies de tartarugas que ocorrem no Brasil. Em 2013, 992 tartarugas desovaram na área de cobertura da base de Arembépe/BA, resultando na liberação de 79.558 filhotes ao mar. Nesse período, foram registradas 45.237 participações de pessoas nos diversos programas desenvolvidos, sendo: 18.687 visitantes na base, 1.355 estudantes visitaram a base, 74 em palestras, 152 em eventos comunitários, 5.382 em eventos de soltura dos filhotes, 17.868 em exposições, 500 estudantes da escolinha do TAMAR e foram realizados 1.219 atendimentos especiais. Em todo o Brasil, as comunidades circunvizinhas estão fortemente comprometidas com o projeto, visto que 80% das pessoas envolvidas com o manejo e a preservação das tartarugas são moradores das comunidades costeiras. Na base de Arembépe, 70% são moradores locais e 94% das comunidades circunvizinhas são atingidas diretamente pelas ações socioambientais do projeto.

Fábrica de Florestas - Corredor Ecológico - A partir de setembro de 2012, o INCECC passou a se chamar Instituto Fábrica de Florestas - IFF, mantendo seu foco de ações na Educação e Conservação Ambiental, especialmente na Mata Atlântica e no Anel Florestal do PIC - Polo Industrial de Camaçari. Dando continuidade à parceria, em 2013, o processo de restauração florestal contou com a produção e plantio de 5.000 mudas típicas da região, localizada em frente ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED), e correspondem a 3,5 hectares. A vegetação da região estava em um estágio de degradação avançado, com acentuada erosão do solo e presença de ravinas, porém, apresenta potencial de regeneração. Para disseminar as ações e capacitar comunidades, a DETEN patrocinou também a realização do 10º Seminário de Restauração Ecológica (julho, 2013). Os participantes do evento foram pessoas das comunidades de Mangueiral, Ficom II e Triângulo, escolhidas tendo em vista a proximidade e a relação com o Anel Florestal, foco de ação do Instituto em Camaçari. Foi fornecido material didático, almoço e transporte até o local da aula prática, onde conheceram a área em processo de restauração, no Anel Florestal, realizaram um plantio simbólico e aprenderam sobre a importância das ações de manutenção para o sucesso do restauro.

Programa Menor Aprendiz - A DETEN deu continuidade à sua participação na formação de adolescentes carentes em parceria com a Acopamec - Centro do Menor João Paulo II, associação das comunidades paroquiais de bairros carentes de Salvador (Mata Escura e Calabetão).

A DETEN manteve, em 2013, seu programa de receber a visita de alunos de ensino médio e superior, tendo recebido 203 estudantes em 6 ocasiões.

PROJETOS EM PARCERIA COM O COFIC - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - associação que congrega empresas do Polo Industrial de Camaçari e exerce os papéis de articulação e coordenação de ações de natureza coletiva.

Ver de Dentro - Programa de visitas às empresas do Polo Industrial para manter as comunidades informadas sobre as atividades e controles de riscos do Complexo Industrial. A DETEN foi visitada em duas ocasiões, totalizando 64 pessoas entre alunos e professores das escolas Anfrisia Santiago e Carlos Drummond em Dias D'Ávila.

Programa de Incentivo à Educação - PIE - Em 2013, foram desenvolvidas 61 atividades do PIE, com carga horária total de 240h. Participaram do programa 86 escolas (65 de Camaçari e 21 de Dias D'Ávila), totalizando o envolvimento de 445 professores, 5.778 alunos e 52 funcionários.

Programa Construindo o Futuro - Programa criado em 2011 com o objetivo de levar informações sobre as carreiras técnicas existentes no Polo para estudantes das escolas públicas e fortalecer vínculo das empresas do Polo Industrial de Camaçari com as escolas e comunidades vizinhas, além de despertar nos estudantes das escolas públicas o interesse em trabalhar na indústria, especialmente no Polo de Camaçari. Em 2013, o Programa contou com a participação de 09 indústrias do Polo, 14 escolas das comunidades vizinhas das cidades de Camaçari e Dias D'Ávila, e 778 alunos ao longo do ano. A DETEN realizou apresentação na Escola Carlos Drummond (Dias D'Ávila) para 80 pessoas, entre alunos e professores. Na oportunidade, foi apresentado o vídeo institucional da Companhia, distribuídos panfletos informativos sobre o programa e ministrada palestra sobre a carreira de Operador de Processo Industrial.

Conselho Consultivo (Comunidades) - Em dezembro de 1994, o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC - associação que representa as empresas do Polo Industrial de Camaçari - constituiu em um Conselho Consultivo, formado por representantes das comunidades vizinhas, com o objetivo de intensificar a aproximação do complexo industrial com essas comunidades. Funcionando há 19

anos, suas reuniões que acontecem a cada dois meses e tratam de temas como segurança industrial, saúde ocupacional, proteção ambiental e responsabilidade social. Um indicador da boa relação das empresas do complexo industrial com as comunidades vizinhas são as participações ativas nas reuniões e contribuições dos participantes. Em 2013, o Conselho Consultivo se reuniu 5 vezes.

DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO

Programa Coleta Seletiva - Como resultado da venda de sucatas metálicas, foram distribuídos R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), em quotas de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), por meio do "Cheque Verde", para 4 entidades: duas localizadas em Simões Filho: ADESF - Associação de Deficientes de Simões Filho e Missionária da Fraternidade Cristã; uma em Dias D'Ávila: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; e uma em Salvador: Associação Creche Nicury do Parque.

No total, foram enviadas aproximadamente 14 toneladas de papel, plástico e vidro para a Cooperativa de Matérias Recicláveis de Camaçari - COOPMARC. O material recolhido é doado a essa cooperativa, que ajuda na subsistência de seus integrantes, o que tem sido motivo de orgulho para a comunidade interna. Além desses materiais, a DETEN recicla lâmpadas, óleo lubrificante, pilhas e baterias, entre outros.

CERTIFICAÇÕES EM NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Recertificação nas Normas ISOs e OHSAS - Em maio de 2013, a DETEN submeteu seu Sistema Integrado de Gestão Avançada - SIGA à Auditoria Externa de Recertificação nas normas: OHSAS 18001:2007, ISO 14001:2004 e ISO 9001:2008, atendendo respectivamente a todos os requisitos da norma de Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Qualidade.

SPIE - Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos - A DETEN teve o seu SPIE certificado em novembro de 2012 pelo IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biodiesel, com base nos requisitos da NR-13 e Portarias nº 349/2009 e 351/2009 do INMETRO, e teve sua primeira auditoria de manutenção em novembro de 2013. Mais uma vez nenhuma não-conformidade foi identificada, sendo aprovada pela Comissão de Certificação (ComCer), a manutenção da certificação do SPIE. A DETEN teve seu esforço reconhecido pelo IBP que destacou o excelente resultado obtido nas duas auditorias realizadas. Para a DETEN, o SPIE representa uma elevação da segurança das plantas industriais, sendo prioridade a sua manutenção.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Prêmio Polo de Segurança, Saúde Higiene e Meio Ambiente - Em maio 2013 a DETEN passou pela auditoria Interna, com base no novo Guia do Prêmio Polo do COFIC - Comitê de Fomento Industrial de Camaçari que foi acrescido de mais três Elementos: 17, 18 e 19. Entretanto, a Empresa se manteve no patamar de excelência, obtendo a pontuação de 90,84% de conformidade. Este resultado demonstra o alinhamento da Empresa com as questões de SSHMA.

Melhores Práticas de Estágio - Prêmio IEL - Instituto Eivaldo Lodi - A DETEN conquistou, por dois anos consecutivos, o 1º lugar no prêmio regional - categoria média empresa (2007 e 2008). No ano de 2009, conquistou o terceiro lugar no Prêmio Nacional. Em 2011 e 2012, foi finalista no Prêmio Regional, na categoria Média Empresa. Em 2013 demos continuidade a parceria com o IEL, mas não participou da premiação.

A DETEN foi citada espontânea e positivamente na mídia escrita em 4 ocasiões durante o ano de 2013.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)				
DESCRIÇÃO	2013	%	2012	%
1 - RECEITAS	1.314.727		1.132.513	
1.1 - Vendas de produtos	1.314.657		1.132.447	
1.2 - Outras Receitas	70		66	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)	940.950		794.412	
2.1 - Custo dos produtos vendidos	883.609		735.997	
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	56.862		54.974	
2.3 - Perda/Recuperação de valores ativos	1.074		1.632	
2.4 - Outras - Constituição / (Reversão) de Provisão	(595)		1.809	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	373.777		338.101	
4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	8.577		8.635	
4.1 - Depreciação e amortização	8.577		8.635	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	360.200		329.466	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	25.195		18.092	
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(1)		(1)	
6.2 - Receitas financeiras	25.196		18.093	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	390.395		347.558	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	390.395	100,0	347.558	100,0
8.1 - Pessoal e encargos	42.993	11,0	43.144	12,4
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	252.337	64,6	221.139	63,6
8.3 - Juros e aluguéis (reversão de provisões)	25.282	6,5	12.811	3,6
8.4 - Dividendos	67.303	17,2	65.604	18,9
8.5 - Lucros retidos	2.480	0,6	4.860	1,4

Continua >>>



DETEN QUÍMICA S.A.

CNPJ Nº 13.546.106/0001-37



BALANÇOS PATRIMONIAIS					
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)					
>>> Continuação					
Ativo	Nota	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	Nota
Circulante				Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.335	48.234	Fornecedores	12
Contas a receber de clientes	5	106.166	93.876	Empréstimos e financiamentos	13
Estoques	6	125.591	133.662	Bonificações e comissões a pagar	
Tributos a recuperar	7	1.945	11.319	Obrigações tributárias	
Outros ativos		2.326	2.489	Obrigações trabalhistas	
Total do ativo circulante		274.363	289.580	Dividendos a pagar	15 (f)
Não circulante				Outros passivos	
Depósitos judiciais	14	47.423	45.630	Total do passivo circulante	
Almoxarifado		6.892	5.946		
Tributos a recuperar	7	3.187	2.000	Não circulante	
Ativo não circulante mantido para venda	8	1.821	1.821	Empréstimos e financiamentos	13
Investimentos	10	4.198	4.116	Imposto de renda diferido	16 (b)
Imobilizado	11 (a)	108.077	93.663	Partes relacionadas	9
Intangível	11 (b)	3.597	4.381	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14
Total do ativo não circulante		175.195	157.557	Total do passivo não circulante	
Total do ativo		449.558	447.137	Patrimônio líquido	
				Capital social	
				Reservas de lucros	
				Dividendos adicionais propostos	
				Total do patrimônio líquido	15
				Total do passivo e patrimônio líquido	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012			
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)			
	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	17	897.784	776.913
Custo dos produtos vendidos		(738.477)	(620.268)
Lucro bruto operacional		159.307	156.645
Despesas com vendas	18	(44.752)	(40.933)
Despesas gerais e administrativas	19	(16.004)	(19.328)
Honorários dos administradores	9 (b)	(1.876)	(1.479)
Depreciações e amortizações	11	(1.243)	(1.188)
Participação dos empregados e administradores nos resultados		(4.940)	(4.967)
Participação nos resultados de controlada	10 (b)	(1)	(1)
Outras despesas operacionais, líquidas		(409)	(3.375)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		90.082	85.375
Receitas financeiras	20	25.196	18.093
Despesas financeiras	20	(25.454)	(12.885)
		(258)	5.208
Lucro antes do imposto de renda		89.824	90.582
Imposto de renda			
Corrente	16 (a)	(22.013)	(21.764)
Incentivo fiscal SUDENE	15 (d)	2.481	2.507
Diferido	16 (b)	(861)	(861)
Lucro líquido do exercício		69.784	70.464
Quantidade de ações (em milhares)		99.327.769	99.327.769
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$		0,70	0,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	Legal	Incentivo fiscal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos
Em 1º de janeiro de 2012		213.056	40.257	5.827	-	42.129
Distribuição dos dividendos adicionais		-	-	-	-	(42.129)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	70.464	-
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		-	-	-	-	-
Destinação do lucro:	15 (f)	-	2.353	2.507	(4.860)	-
Reservas de lucros		-	-	-	(16.401)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(49.203)	49.203
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	49.203
Em 31 de dezembro de 2012		213.056	42.610	8.334	-	49.203
Distribuição dos dividendos adicionais		-	-	-	-	(49.203)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	69.784	-
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		-	-	-	-	-
Destinação do lucro:	15 (f)	-	-	2.481	(2.481)	-
Reservas de lucros		-	-	-	(16.826)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(50.477)	50.477
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	50.477
Em 31 de dezembro de 2013		213.056	42.610	10.815	-	50.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2013	2012
Lucro líquido do exercício		69.784	70.464
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		69.784	70.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda		89.824	90.582
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro com o fluxo de caixa			
Depreciação e amortização	e (b)	8.577	8.635
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11 (a)	105	15
Resultado de controlada reconhecido por equivalência patrimonial	10 (b)	1	1
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida		4	745
Constituição (reversão) de provisão para perda com investimento		(83)	(18)
Variações monetárias, líquidas		(1.733)	(1.924)
Lucro antes do imposto de renda ajustado		96.695	98.036
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(12.290)	(3.547)
Estoques		7.125	(34.256)
Impostos e contribuições a recuperar		8.187	(4.891)
Depósitos judiciais		(60)	(438)
Outros ativos		163	(770)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(26.920)	22.898
Obrigações tributárias		5.404	33
Provisão para contingências		-	(1)
Outros passivos		2.002	(215)
Imposto de renda pago		(18.738)	(20.081)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		61.568	56.768
Atividades de investimentos			
Compras de imobilizado e de ativos intangíveis	11 (a)		
Valor recebido pela venda de imobilizado	e (b)	(22.312)	(10.782)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	11 (a)		37
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos		92.016	86.454
Pagamento de empréstimos		(75.567)	(77.053)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia		(65.604)	(42.129)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(49.155)	(32.728)
Aumento (diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(9.899)	13.295
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	48.234	34.939
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	38.335	48.234
Aumento (diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(9.899)	13.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais
A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Polo Petroquímico de Camaçari - Bahia e tem como controladores a Petresa Participações Ltda. (69,94% do capital total) e PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A. (27,88% do capital total). A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades.
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e pelo Comitê Executivo da Companhia em 05 de fevereiro de 2014.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis
As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A principal área que requer maior nível de julgamento refere-se às provisões para contingências, conforme apresentado na Nota 14, a Administração, com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, avalia a necessidade de registrar provisões para contingências. O desfecho dessas causas judiciais e administrativas pode resultar em efeitos diferentes daqueles previstos pela administração na elaboração dessas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.
As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).
Não existem novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs em vigência a partir de 2013 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Conversão de moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nessas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.
(b) Transações e saldos
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.
Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas".

2.1. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas (Nota 4).

2.2. Ativos financeiros
2.2.1. Classificação
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.
(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.
(b) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 5 e 4).

2.2.2. Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido todos os riscos e os benefícios significativos da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

2.2.3. Impairment de ativos financeiros
(a) Ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia no final de cada data de balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são reconhecidos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e esse evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.
Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:
(i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
(ii) Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
(iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade

financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
(iv) Toma-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
(v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
(vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição possa não ser ainda identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor



DETEN QUÍMICA S.A.
CNPJ Nº 13.546.106/0001-37



>>>Continuação

contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Caso um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*").

2.4. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de produção, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.5. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

O saldo apresentado refere-se a terreno e construções (Nota 8).

2.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são registrados pelo valor efetivamente depositado judicialmente, acrescido das respectivas atualizações financeiras pela SELIC até a data do encerramento do exercício.

2.7. Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregado entre o circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

2.8. Investimentos

A participação em sociedade controlada (Detenpar Empreendimentos Ltda. - "Detenpar") é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Essa controlada não possui operações e, basicamente, seu ativo é composto por mútuo com a Companhia em contrapartida do patrimônio líquido, os quais seriam totalmente eliminados em um eventual processo de consolidação das demonstrações financeiras. Diante desse cenário, a Companhia considerou que a não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua única controlada, não prejudicaria o entendimento e a apresentação das demonstrações financeiras como um todo.

Os demais investimentos referem-se à participação não relevante em outras empresas e são demonstradas ao custo.

2.9. Imobilizado

Terenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos	
Edificações	60
Máquinas e equipamentos	22-30
Veículos	10
Móveis e utensílios	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando necessário, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11. Intangível

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- O *software* pode ser usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;

• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*;

• O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11 (b).

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os empréstimos apresentados referem-se a Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento de Contrato de Exportação (ACE), em moeda estrangeira (dólar estadunidense), com taxas de juros que variam de 0,43% a 1,18% a.a. Esses adiantamentos estão relacionados às exportações de produtos da Companhia (Nota 13). No passivo não circulante constam os empréstimos do BNDES, em moeda nacional, com taxa de 9% a.a. (Nota 13).

2.14. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15. Imposto de renda corrente e diferido

As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente.

O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 14 (b)).

O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A Companhia goza do direito ao benefício de redução do imposto de renda, no percentual de 12,5% para o período de 2009 a 2013 sobre o lucro da exploração decorrente da produção de linear alquilbenzeno sulfonado - LAS e linear alquilbenzeno - LAB.

2.16. Benefícios a empregados

(a) Benefícios pós-emprego

A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Atualmente, a Companhia possui 48 participantes, sendo 2 ativos e 46 assistidos no plano de benefício definido. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes dos aumentos ou reduções no valor presente da obrigação do benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência, devem ser reconhecidos integralmente na data das demonstrações financeiras. O regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, assim a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego por um período de tempo específico (período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível (Nota 21).

(b) Participação nos lucros

A participação dos empregados e administradores no resultado é provisionada com base em metas operacionais, sendo que tais valores estão sujeitos à aprovação de Assembleia Geral Ordinária.

2.17. Bonificações e comissões a pagar

As bonificações e comissões a pagar são calculadas de acordo com as condições contratuais que são vinculadas às compras efetuadas pelos clientes, e são contabilizadas pelo regime de competência.

2.18. Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

2.19. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende matérias-primas para fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral sendo, substancialmente, Linear Alquilbenzeno (LAB) e Ácido Alquilbenzeno Sulfônico (LAS). As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para os respectivos clientes e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. Quando a Companhia é responsável pela entrega, a receita não é reconhecida até que: (i) os produtos tenham sido entregues no local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para os clientes; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. A Companhia possui política de bonificações aos seus clientes baseadas principalmente em exclusividade e volume. As bonificações são calculadas com base no preço contratado e no volume de compras realizadas no mês anterior, líquido de devoluções. As bonificações por volume são avaliadas com base nas compras anuais previstas e são registradas no resultado em conta redutora à receita quando o volume atinge a quantidade que dá direito à bonificação.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

3. Pronunciamentos técnicos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	20	8
Bancos conta movimento	6.135	2.596
Títulos e valores mobiliários - CDB pós-fixada (a)	32.180	45.630
	<u>38.335</u>	<u>48.234</u>

Em 31 de dezembro de 2013, os CDBs foram remunerados por uma taxa média de 98,80% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A Companhia busca manter disponibilidade de numerários suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados no plano de negócios; (iii) para pagamentos de dividendos; e (iv) às eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

(a) Considerando que as aplicações possuem liquidez imediata pelas taxas contratadas ou resgatáveis no prazo de 90 dias da data da aplicação, que estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e que os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão sendo contabilizados pela taxa efetiva de juros, tais operações já estão contabilizadas a valor de mercado. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2).

5. Contas a receber de clientes

	2013	2012
Clientes no país	84.091	81.609
Clientes no exterior	23.353	13.545
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.278)	(1.278)
	<u>106.166</u>	<u>93.876</u>

	2013	2012
A vencer	104.888	92.024
Vencidos		
Até 30 dias	-	574
31-300 dias	-	-
Acima de 300 dias	1.278	1.278
	<u>106.166</u>	<u>93.876</u>

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

Saldo em 1º de janeiro de 2012	(1.354)
Reversão por recebimento	76
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(1.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.278)

6. Estoques

	2013	2012
Produtos acabados	47.957	59.852
Produtos em processo	1.359	1.087
Matérias-primas	18.357	36.309
Almoxarifado	3.057	3.360
Importações em andamento (a)	45.301	27.935
Adiantamento a fornecedores	1.844	1.603
Materiais secundários	7.716	3.516
	<u>125.591</u>	<u>133.662</u>

Os estoques de matérias-primas são compostos principalmente por benzeno, normal parafina e catalisadores. Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por materiais de proteção e segurança (EPI's), peças de reposição para as unidades fabris, materiais de escritório, entre outros, os quais serão consumidos no curto prazo, por isso são mantidos no estoque.

(a) Refere-se a importação em andamento de normal parafina e alquilbenzeno linear.



DETEN QUÍMICA S.A.

CNPJ Nº 13.546.106/0001-37



>>>Continuação

7. Tributos a recuperar

	2013	2012
ICMS	-	8.004
ICMS sobre ativo imobilizado	3.575	2.111
Imposto de renda	23	20
IRRF sobre aplicações financeiras	33	199
PIS a recuperar	-	343
COFINS a recuperar	-	1.580
PIS sobre ativo imobilizado	266	190
COFINS sobre ativo imobilizado	1.225	872
Outros	10	-
Total	5.132	13.319
Circulante	1.945	11.319
Não circulante	3.187	2.000

8. Ativo não circulante mantido para venda

Refere-se ao terreno e edificações da antiga fábrica localizada em São Caetano do Sul no montante de R\$ 1.821, esses ativos foram reclassificados para ativo não circulante mantido para venda, em virtude de contrato de promessa de compra e venda firmado em 2011. A Companhia recebeu a título de adiantamento o montante de R\$ 355 e a expectativa de conclusão dessa venda é até dezembro de 2015.

9. Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Ativo circulante	Saldos				Transações							
	Contas a receber de clientes		Passivo circulante		Passivo não circulante		Vendas de produtos		Produtos adquiridos		Matérias-primas adquiridas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Acionistas e controlada:												
Cepsa Química S.A.	603	283	16.054	45.801	-	-	10.206	9.470	89.890	21.034	242.380	262.501
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")	-	-	338	341	-	-	-	-	-	-	179.051	174.357
Detenpar Empreendimentos Ltda. ("Detenpar")	-	-	-	-	3.753	3.754	-	-	-	-	-	-
Total	603	283	16.392	46.142	3.753	3.754	10.206	9.470	89.890	21.034	421.431	436.858

Em vendas de produtos são apresentadas as transações relativas à venda de ALP - Alquilado Pesado e LAB - Alquilbenzeno Linear. Em produtos e matérias-primas adquiridas são apresentadas as transações referentes a aquisição de LAB, Normal Parafina e Enxofre, respectivamente, utilizados para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. Os saldos mantidos em mútuo com a Detenpar não são remunerados e não possuem vencimento determinado. As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração incluiu os diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga por serviços de empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.876 (2012 - R\$ 1.479). Adicionalmente, foram pagos aos diretores valores a título de participação nos resultados, no montante de R\$ 491 (2012 - R\$ 614) que estão apresentados na rubrica de participação dos empregados e administradores nos resultados, na demonstração do resultado.

10. Investimentos

	2013	2012
Investimento em controlada	3.759	3.760
Outros investimentos avaliados ao custo	439	356
Total	4.198	4.116

11. Imobilizado e Intangível

(a) Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros (a)	Total em operação	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3	7.685	73.334	129	922	6.600	88.673	2.704	91.377
Aquisições	-	-	394	-	1	6.058	6.453	3.721	10.174
Baixa custo	-	-	(30)	-	-	-	(30)	-	(30)
Baixa depreciação	-	-	16	-	-	-	16	-	16
Transferências	-	488	7.834	158	30	(5.833)	2.675	(2.937)	(260)
Depreciação	-	(276)	(7.235)	(23)	(68)	(12)	(7.612)	-	(7.614)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3	7.897	74.313	264	885	6.813	90.175	3.488	93.663
Custo total	3	14.943	268.840	852	2.739	10.048	297.425	3.488	300.913
Depreciação acumulada	-	(7.046)	(194.527)	(588)	(1.854)	(3.235)	(207.250)	-	(207.250)
Valor residual	3	7.897	74.313	264	885	6.813	90.175	3.488	93.663
Aquisições	-	-	8	-	-	15.116	15.125	6.883	22.007
Baixa custo	-	-	(488)	(259)	-	-	(747)	-	(747)
Baixa depreciação	-	-	475	167	-	-	642	-	642
Transferências	-	-	7.783	3	65	(9.398)	(1.547)	1.542	(5)
Depreciação	-	(283)	(7.098)	(24)	(67)	(11)	(7.483)	-	(7.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3	7.614	74.993	151	883	12.520	96.164	11.913	108.077
Custo total	3	14.943	276.143	596	2.803	15.766	312.255	11.913	322.168
Depreciação acumulada	-	(7.329)	(201.150)	(445)	(1.921)	(3.246)	(214.091)	-	(214.091)
Total	3	7.614	74.993	151	883	12.520	96.164	11.913	108.077
Taxas anuais de depreciação - %		2	4	10	3 a 5	Até 2			

(a) Refere-se substancialmente a itens em almoxarifado (itens de peças de reposição) que a entidade espera usá-los por mais de um período.

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 7.170 (2012 - R\$ 7.307) e a despesa, R\$ 313 (2012 - R\$ 307).

Conforme descrito na nota 13 b), certos bens do ativo imobilizado foram dados em garantia para operações de empréstimos. As obras em andamento correspondem, principalmente, a melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, projetos nas áreas de manutenção e produção, além de programas nas áreas de saúde, tecnologia e segurança, cujos prazos de encerramento médios estão previstos para 31 de dezembro de 2014.

A Companhia adota como prática contábil o registro dos gastos com paradas programadas para manutenção diretamente no custo de fabricação quando realizadas, visto que as mesmas são efetuadas anualmente. No exercício de 2013, foi alocado ao resultado o montante de R\$ 2.746 (2012 - R\$ 4.259) relativo à respectiva parada.

(b) Intangível

	Saldo		Transferência		Saldo		Transferência		Saldo	
	31/12/2011	Adições	do imobilizado	31/12/2012	Adições	do imobilizado	31/12/2013			
Custo	7.327	610	260	8.197	305	5	8.507			
Amortização acumulada	(2.793)	(1.023)	-	(3.816)	(1.094)	-	(4.910)			
Total	4.534	(413)	260	4.381	(789)	5	3.597			
Taxas anuais de amortização - 20%										

A amortização do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 163 (2012 - R\$ 140) e a despesa, R\$ 930 (2012 - R\$ 880).

12. Fornecedores

	2013	2012
Fornecedores nacionais	9.592	6.570
Fornecedores estrangeiros	16.054	45.996
Total	25.646	52.566

Os fornecedores estrangeiros estão, substancialmente, relacionados a compras de partes relacionadas conforme demonstrado na Nota 9, e estão vinculados ao dólar estadunidense.

13. Empréstimos e financiamentos

	2013	2012
Passivo circulante		
Moeda estrangeira		
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio (i)	U.S. Dólar + juros de 0,43% a 1,18% a.a.	33.739
ACE - Adiantamento de contrato de exportação (i)	U.S. Dólar + juros de 0,43% a 1,18% a.a.	840
Total	33.739	21.850
Passivo não circulante		
Moeda nacional		
BNDES (ii)	9% a.a.	4.560
Total	4.560	-

(i) Os empréstimos possuem vencimento de curto prazo e não têm garantia.

(ii) Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$ 38.087.

Em julho de 2013 e em dezembro de 2013, ocorreram liberações pelo BNDES totalizando R\$ 1.562 e R\$ 2.997 respectivamente.

(a) Garantias
Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o BNDES, a Companhia concedeu a título de garantia a 1ª hipoteca do imóvel de sua propriedade no Polo Petroquímico de Camaçari, que inclui o terreno, edificações, máquinas e equipamentos.

O contrato com o BNDES não possui cláusulas restritivas financeiras.

(b) Capitalização de juros
A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram adicionados ao imobilizado em formação juros no montante de R\$ 17.

Os empréstimos e financiamentos tiveram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2012	Adição	Amortização	Juros	Varição cambial	Transferência	2013
Circulante							
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	21.010	83.322	(79)	60	4.133	(74.707)	33.739
ACE - Adiantamento de contrato de exportação	840	-	(72.812)	-	(2.735)	74.707	-
Total	21.850	83.322	(72.891)	60	1.398	-	33.739
Não circulante							
BNDES	-	4.560	(31)	31	-	-	4.560
Total	21.850	87.882	(72.922)	91	1.398	-	38.299

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
2015	1.057	-
2016	2.802	-
2017	701	-
Total	4.560	-

Os empréstimos e financiamentos não estão sujeitos a *covenants* financeiros.

14. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, bem como vem discutindo questões nas esferas administrativas e judiciais referentes a processos trabalhistas e cíveis. Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia, em 31 de dezembro de 2013, mantém provisão para perdas prováveis com estes processos, em montantes considerados suficientes e mantém ainda depósitos judiciais para fazer face a requerimentos judiciais, os quais são atualizados pela taxa SELIC, conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisão	
	2013	2012	2013	2012
Cíveis e trabalhistas	1.629	1.530	1.264	1.264
Imposto sobre importação ("II") sobre importações de catalisadores (a)	1.043	1.022	549	545
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	37.517	36.221	-	-
PIS LC 07/70 (c)	7.234	6.857	-	-
Total	47.423	45.630	1.813	1.809

(a) IPI e II sobre importações de catalisadores

A Companhia discute judicialmente a incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação sobre a importação de catalisadores enviados para regeneração no exterior. Nesse sentido, efetuou depósitos judiciais dos valores devidos. A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, mantém provisão de R\$ 549 (2012 - R\$ 545), equivalente ao valor estimado de perda neste processo e depósito judicial no montante de R\$ 1.043 (2012 - R\$ 1.022).

(b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002, pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que não foi realizado em função da Companhia ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da CSLL. A SRF alegou que tal sentença não mais resguardava a Companhia e lavrou Autos de Infração no montante de R\$ 58.604, acrescidos de multa e juros.

A Companhia protocolou defesa administrativa dirigida à Delegacia de Julgamento da Receita Federal e impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, efetuando depósito judicial de R\$ 16.889, referente ao exercício fiscal de 2002, obtendo decisão favorável em 1ª instância, visando evitar novas autuações por parte da Receita Federal, até decisão final dos autos em discussão. A União recorreu desta decisão, estando o processo em tramitação para apreciação do recurso.

Em 13 de junho de 2007, 16 de fevereiro de 2009 e 21 de junho de 2010, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2004, 2005 a 2007 e 2008, respectivamente, alegando que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e para prevenir da decadência foram lavrados Autos de Infração no montante de R\$ 46.611, R\$ 46.929 e R\$ 11.403, respectivamente, cujo montante, acrescido de multa isolada e juros, totaliza R\$ 104.943.

No 2º semestre de 2010, os Recursos promovidos pela União relativos às autuações dos exercícios fiscais de 1997 e 1998, bem como a Apelação do Mandado de Segurança foram julgados favoráveis para a Companhia pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (2ª Instância), contudo a União interps Recurso de Embargos de Declaração no processo do Mandado de Segurança, o qual foi negado provimento por unanimidade pelo TRF. Em 24 de outubro de 2012, a União interps o Recurso Especial e Recurso Extraordinário, e a Companhia apresentou suas contra razões, peticionando de apreciação pelos respectivos Tribunais.

Em 26 de outubro de 2012, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais 2009 e 2010, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$ 13.167, incluindo apenas os juros de mora.

Baseados no entendimento de que há decisão judicial transitada em julgado favorável a Companhia, e no fato de a União não ter intentado ação rescisória para desconstituir a citada decisão, os assessores jurídicos externos acreditam que a Companhia deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não recolhimento da CSLL. Com relação a eventuais reflexos de recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre o mesmo assunto, no caso do Banco de Brasília, os assessores jurídicos ratificaram a expectativa de êxito, alegando que ainda que a Fazenda Nacional reitere a decisão obtida pela Companhia, há sempre a possibilidade de se obter uma modulação dos efeitos desta decisão, a fim de que a cobrança da CSLL venha a ser feita somente a partir desse novo julgamento, sem retroagir a períodos anteriores.



DETEN QUÍMICA S.A.
CNPJ Nº 13.546.106/0001-37



>>> Continuação

A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera reversão da sentença judicial transitada em julgado que isentou a Companhia do recolhimento da referida contribuição para os exercícios fiscais de 1988 e anos subsequentes. Desta forma, não foi constituída provisão para fazer face a estes autos de infração nem para os exercícios não revisados pela fiscalização da Receita Federal.

(c) PIS LC 07/70

Refere-se, basicamente, a depósito judicial efetuado em 28 de novembro de 2008, no montante de R\$ 4.910, como garantia no processo de Embargos de Execução impetrado pela Secretaria da Receita Federal, referente às cobranças de diferenças no recolhimento de PIS (Decretos Leis nºs 2.448 e 2.449/98 versus LC 07/70) do período de março de 1993 a dezembro de 1996. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera perdas, e não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo do depósito judicial atualizado é de R\$ 7.234 (2012 - R\$ 6.857).

Encontram-se ainda em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia que de acordo com a avaliação dos seus assessores jurídicos deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações aproximadamente R\$ 367 referem-se a contingências de natureza trabalhista e tributária cujo desfecho é avaliado como possível, tornando desnecessária uma provisão.

15. Patrimônio líquido

(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 213.100.

(b) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 213.056 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, representado da seguinte forma (em lotes de mil ações):

	2013	2012
Ações ordinárias	96.973.174	96.973.174
Ações preferenciais classe "A"	33.929	33.929
Ações preferenciais classe "B"	2.320.666	2.320.666
	<u>99.327.769</u>	<u>99.327.769</u>

Não houve movimentação de ações no exercício e, dessa forma, o lucro básico e diluído por ações é igual.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

(c) Direitos das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, em dinheiro, até o limite de 6% ao ano, sobre o seu respectivo valor unitário. Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais Classe "B" não participarão dos lucros remanescentes, após o recebimento do dividendo mínimo.

Após o pagamento dos dividendos às ações ordinárias, igual ao dividendo prioritário pago às ações preferenciais Classes "A" e "B", as ações Classe "A" participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição do lucro remanescente e na distribuição de ações resultantes de reservas ou lucros.

É assegurada a prioridade no reembolso do capital às ações preferenciais Classe "A", no caso de dissolução da Companhia.

(d) Reserva de lucros - Incentivo fiscal

Foi constituída reserva correspondente ao incentivo de redução do imposto de renda no percentual de 12,5% sobre os resultados dos anos de 2009 (R\$ 1.695), 2010 (R\$ 2.139), 2011 (R\$ 1.993) e 2012 (R\$ 2.507). Esses benefícios de redução do imposto de renda são registrados inicialmente no resultado do exercício, na rubrica de Imposto de renda corrente. O montante correspondente ao ano de 2013 foi de R\$ 2.481.

(b) Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido é calculado sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse imposto, definida atualmente para determinação dos tributos diferidos, é de 25%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

	2013	2012
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	(2.378)	(2.456)
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	5.001	4.571
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>2.623</u>	<u>2.115</u>

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2013	2012
Em 1º de janeiro	2.115	1.252
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	19
Provisão para contingências trabalhistas	-	325
Provisão para contingências fiscais	76	33
Provisão para perda com investimento	-	4
Atualização de depósitos judiciais	432	482
Em 31 de dezembro	<u>2.623</u>	<u>2.115</u>

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

	Saldos em 01/01/2012	Débito/crédito no resultado	Saldos em 31/12/2012	Débito/crédito no resultado	Saldos em 31/12/2013
Ativo de imposto diferido					
Provisões	(6.698)	(3.011)	(9.709)	(2.635)	(12.344)
Outros	3.862	3.392	7.254	2.711	9.965
Total	(2.836)	381	(2.455)	76	(2.379)
Passivo de imposto diferido					
Outros	4.090	480	4.570	432	5.002
Total	4.090	480	4.570	432	5.002
Total imposto diferido (líquido)	<u>1.254</u>	<u>861</u>	<u>2.115</u>	<u>508</u>	<u>2.623</u>

A administração da Companhia, fundamentada na expectativa de decisão final do processo judicial que discute as autuações da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, estima que tal imposto será efetivamente devido prospectivamente, se for, somente quando da referida decisão.

c) Medida provisória nº 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

(e) Reserva de lucros - Legal

Reserva constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve adição à reserva legal por já ter atingido tal limite (2012 - R\$ 2.353).

(f) Dividendos

Os dividendos pagos e propostos são demonstrados como segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	69.784	70.464
Constituição da reserva legal	-	(2.353)
Subvenção - Incentivo fiscal	(2.481)	(2.507)
Base de cálculo dos dividendos	<u>67.303</u>	<u>65.604</u>
Dividendos mínimos e obrigatórios:		
Ações ordinárias	16.521	16.097
Ações preferenciais Classe "A"	6	5
Ações preferenciais Classe "B" (i)	299	299
25% sobre a base de cálculo dos dividendos	<u>16.826</u>	<u>16.401</u>
Dividendos propostos, por lote de mil ações:		
Ações ordinárias - R\$ 0,691 (2012 - R\$ 0,673)	66.981	65.282
Ações preferenciais classe "A" - R\$ 0,691 (2012 - R\$ 0,673)	23	23
Ações preferenciais classe "B" - R\$ 0,128 (2012 - R\$ 0,128)	299	299
	<u>67.303</u>	<u>65.604</u>
% sobre a base de cálculo	100	100
Dividendos intermediários	-	-
Dividendos a pagar, líquido de antecipações	<u>16.826</u>	<u>16.401</u>
	<u>16.826</u>	<u>16.401</u>
Dividendos adicionais propostos	50.477	49.203

(i) Essa classe de ação faz jus apenas aos dividendos mínimos, conforme estatuto. A administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais em 2013 no montante de R\$ 50.477 (2012 - R\$ 49.203), registrados no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva posterior em ata de Assembleia Geral. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondentes ao exercício corrente foram lançados no passivo circulante no montante de R\$ 16.826.

16. Imposto de renda

(a) Reconciliação da despesa do imposto de renda

Os valores de imposto de renda demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em relação à alíquota nominal:

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda	89.824	90.582
Adições:		
Despesa financeira	10.540	9.816
Provisão para contingências	-	3.147
Remuneração da administração	765	1.031
Brindes	235	218
Outros	52	10
Exclusões:		
Receita financeira	(10.245)	(9.949)
Reversão provisão PLR	-	(3.504)
Reversão provisão para contingências	(599)	(942)
Atualização monetária depósitos judiciais	(1.729)	(1.919)
Outros	(13)	(108)
Lucro real	<u>88.830</u>	<u>88.382</u>
Alíquota do imposto - %	15%	15%
Imposto à alíquota da legislação	13.325	13.257
Adicional de 10%	8.859	8.814
(-) PAT	(161)	(162)
(-) Licença maternidade	(13)	(16)
Outros	3	(130)
Despesa com imposto de renda	<u>22.013</u>	<u>21.764</u>
Incentivo fiscal SUDENE	(2.481)	(2.507)
Despesa com imposto de renda	<u>19.532</u>	<u>19.257</u>

17. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2013	2012
Vendas brutas de produtos		
Mercado interno	1.234.958	1.051.034
Mercado externo	82.310	82.307
Impostos sobre vendas	(339.804)	(291.803)
Devoluções e bonificações	(79.680)	(64.625)
Receita líquida de vendas	<u>897.784</u>	<u>776.913</u>

18. Despesas com vendas

	2013	2012
Despesa com frete sobre vendas	33.661	30.124
Despesa com armazenagem	6.432	5.930
Custos departamento comercial	2.202	2.188
Outras despesas	2.457	2.691
	<u>44.752</u>	<u>40.933</u>

19. Despesas gerais e administrativas

	2013	2012
Gastos com pessoal	9.080	9.320
Serviços advocatícios	911	4.398
Outros gastos administrativos	6.013	5.610
	<u>16.004</u>	<u>19.328</u>

20. Resultado financeiro

	2013	2012
Despesas financeiras		
Varição monetária passiva	(4)	(4)
Varição cambial passiva	(14.339)	(1.254)
Despesas de juros (a)	(11.111)	(11.627)
	<u>(25.454)</u>	<u>(12.885)</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.748	4.351
Receitas de juros (a)	10.332	10.084
Varição monetária ativa	1.733	1.937
Varição cambial ativa	11.383	1.721
	<u>25.196</u>	<u>18.093</u>

(a) As despesas e receitas com juros referem-se a operações negociadas junto a clientes e instituições financeiras.

21. Entidade de Previdência Privada - Fundo Multipatrocinado IHPREV

A Companhia contribui para um plano de benefícios previdenciários de contribuição definida a seus empregados, o qual é administrado pelo Fundo Multipatrocinado IHPREV ("IHPREV") e mantém um plano na modalidade de benefício definido saldaado, sendo vedadas novas adesões.

A IHPREV tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Oficial. Para consecução de seus objetivos, a IHPREV recebe contribuições mensais das empresas mantenedoras e de seus participantes, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos empregados.

As contribuições da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, totalizaram R\$ 1.837 (2012 - R\$ 1.813).

Conforme disposição estatutária da IHPREV, até 1997 as empresas patrocinadoras são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratadas pela IHPREV com seus participantes e dependentes, calculados atuarialmente. Conforme Regulamento do Novo Plano de Previdência, a Companhia continua com as obrigações inerentes ao antigo plano de benefícios para os participantes assistidos (46 funcionários) e os participantes ativos remanescentes (2 funcionários). No Novo Plano de Contribuição Definida não existe essa obrigação (216 funcionários).

Os planos de benefícios previdenciários foram avaliados atuarialmente e as principais premissas atuariais utilizadas (expressas por médias ponderadas) são demonstradas conforme segue:

	2013	2012
Taxa de desconto da obrigação atuarial	11,75%	9,50%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,75%	9,50%
Aumentos salariais futuros (N/A para plano BD)	6,25%	5,50%
Aumentos futuros de benefícios	5,20%	4,50%

Os valores justos, não auditados, dos ativos do plano, no montante de R\$ 15.029.120 (2012 - R\$ 11.066.195) para o plano BD e de R\$ 272.503 (2012 - R\$ 253.050) referente ao plano CD foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes em 31 de dezembro de 2013, ou quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontado a valor presente. Com base no parecer do atuário independente, com data de 28 de janeiro de 2014, no que tange ao plano CD foi apurado ativo atuarial, determinado pelo Método do Crédito Unitário Projetado, no montante de R\$ 107.540 (2012 - R\$ 99.532), conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Ativo líquido de benefício definido/(passivo)	107.540	99.532
Valor presente da obrigação atuarial	(31.834)	(29.845)
Valor justo dos ativos do plano	272.503	253.050
Superávit do plano	240.669	223.205
Mudança no efeito do limite do ativo	(133.129)	(123.673)
Custo de benefício definido		
Custo de serviço corrente	9.265	6.971
Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	(9.456)	(10.095)
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	(7.817)	2.080
Custo do benefício definido	(8.008)	(1.044)
Outros Resultados Abrangentes		
(Ganhos)/Perdas atuariais de evolução do passivo	(6.523)	(11.649)
(Ganhos)/Perdas atuariais de alterações de hipóteses	(2.968)	1.795
(Ganhos)/Perdas atuariais que surgiram no período	(9.491)	(9.854)
Rendimento sobre os ativos do plano (Maior)/Menor que a taxa de desconto	3.967	39.321
Mudança no superávit irrecuperável	(2.293)	(27.387)
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	(7.817)	2.080

Como o regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos. Até a presente data, as demonstrações financeiras da IHPREV, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não estavam disponíveis, e a Companhia não foi solicitada a efetuar qualquer complementação das reservas técnicas, visto não existir déficits.



DETEN QUÍMICA S.A.

CNPJ Nº 13.546.106/0001-37



>>> Continuação

22. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, por meio da contratação de seguros na modalidade "All risks", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluem a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segurada
Responsabilidade civil	30.000
Multiriscos (estoques em poder de terceiros)	22.200
Riscos operacionais, incluindo os lucros cessantes	920.716
Responsabilidade civil administradores e diretores	17.500
Veículos	98

23. Gestão de risco financeiro**23.1. Fatores de risco financeiro**

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e

passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

(a) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía ativos e passivos líquidos denominados em dólares estadunidenses nos montantes de R\$ 23.353 e R\$ 49.793 (2012 - R\$ 13.544 e R\$ 67.846), respectivamente, não tendo contratado instrumento para proteger essa exposição nessa data.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras são administrados pela Companhia de forma a manter ativos apenas em instituições financeiras renomadas.

(c) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade das mesmas.

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes de caixa indexada à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no informe do Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 27 de dezembro de 2013, indicaram uma taxa mediana (Top 5) efetiva da SELIC estimada em 10,25%, cenário provável para o ano de 2014, ante a taxa atual de 10%. Os números atuais e projetados da SELIC representam as medidas econômicas adotadas pelo governo federal que visam conter a inflação no país.

Além do cenário provável, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário III) e 50% (cenário IV) da variável do risco considerado. Além disso, apresentamos os cenários de aumento de taxas: 25% (cenário I) e 50% (cenário II).

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósito a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, selecionando instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha aplicações em Certificado de Depósitos Bancários ("CDB's") de curto prazo no montante de R\$ 32.180 (2012 - R\$ 45.630), e se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

23.2. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos:		
31 de dezembro de 2012		
Contas a receber de clientes	93.876	93.876
Caixas e equivalentes de caixa	48.234	48.234
	<u>142.110</u>	<u>142.110</u>
31 de dezembro de 2013		
Contas a receber de clientes	106.166	106.166
Caixas e equivalentes de caixa	38.336	38.336
	<u>144.502</u>	<u>144.502</u>
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros		
Passivos:		
31 de dezembro de 2012		
Empréstimos e financiamentos		21.850
Fornecedores e outras obrigações (i)		82.484
		<u>104.334</u>
31 de dezembro de 2013		
Empréstimos e financiamentos		38.299
Fornecedores e outras obrigações (i)		63.980
		<u>102.279</u>

(i) Composto por fornecedores, bonificações e comissões a pagar, obrigações tributárias e obrigações trabalhistas.

Segue abaixo a avaliação dos cenários

Riscos de taxas de juros	Taxa de fechamento 31/12/2013 (a.a.)	Cenário provável (12/2014)	Cenário I aumento de 25%	Cenário II aumento de 50%	Cenário III redução de 25%	Cenário IV redução de 50%
CDI	8,02%	10,29%	12,86%	15,44%	7,72%	5,15%
Receitas financeiras						
Caixa e equivalentes de caixa - CDI		3.311	4.139	4.967	2.484	1.656

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da DETEN QUÍMICA S.A., em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os incisos II, III e VII do Art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e a Proposta da Administração para a Destinação do Resultado. Com base nos exames efetuados e considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., de 05 de fevereiro de 2014, e entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa, e que tais documentos estão em conformidade com as disposições legais e pertinentes à matéria, o Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos, à Assembleia Geral de Acionistas, para aprovação.

Camaçari, 24 de fevereiro de 2014.

Henrique Dias Carneiro

Mauro Guimarães Pereira Mario Antonio Nogueira Herald da Costa Belo Evanir Valetim de Mélo da Moita

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PEDRO MIRÓ
Presidente

FERNANDO ITURRIETA GIL

FERNANDO IRISARRI GONZALEZ

JOSÉ AGUSTÍN BONILLA DURÁN

DJALMA RODRIGUES DE SOUZA

LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES

DIRETORIA

JOSÉ LUIS GONÇALVES DE ALMEIDA
DIRETOR GERAL

ANGEL MANUEL PRADOS FERNANDEZ
DIRETOR INDUSTRIAL

JOSÉ RICARDO UCHÔA CAVALCANTI ALMEIDA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

CONTROLLER

SILVIO ROBERTO ROMÃO DA SILVA
CRC - BA - 19.522/O-8 - TC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da Deten Química S.A. Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Deten Química S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações

financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das

demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 05 de fevereiro de 2014.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/O-6-F-BA

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650-O-0

M. LIBANIO AGRÍCOLA S.A.

CNPJ Nº 14.512.735/0001-09

CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 2014 às 10:00 horas na sede da empresa à Rua Manoel Libanio da Silva, 100, Centro, Gandu (Ba). Ordem do dia: a) Aprovação dos relatórios da Diretoria e Balanço Patrimonial do exercício findo em 31.12.13; b) Eleição da nova Diretoria; c) O que ocorrer. Encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Empresa, os documentos referentes ao Art. 133 da Lei nº 6.404/76 do exercício findo em 31.12.13. Gandu (Ba.), 21 de março de 2014. **A DIRETORIA.**

CÉRAMUS BAHIA S/A – PRODUTOS CERÂMICOS

CNPJ 13.786.785/0001-11
NIRE 29300003182

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos acionistas da Céramus Bahia S/A – Produtos Cerâmicos, que se encontram à sua disposição, na sede social da empresa, na Avenida Industrial Urbana, nº 495, Bairro Industrial, cidade de Camaçari, Estado da Bahia, CEP 42802-570, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao Exercício Social, encerrado aos 31 de dezembro de 2013. Camaçari, BA, 27 de março de 2014. **DIRETORIA**

SISLANA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ (MF) nº 13.530.563/0001-33

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 17:00 horas do dia 29 de abril de 2014, na sede social da Sociedade, situada na cidade de Simões Filho, na Via Periférica I, nº 5.352, Estado da Bahia, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31.12.2013; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição ou não de dividendos; 3) Deliberar sobre o funcionamento ou não do Conselho Fiscal e, se for o caso, eleger os seus Membros; 4) Eleição da Diretoria; 5) Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Sociedade. Simões Filho (BA), 26 de março de 2014. Rogério Brito de Santa Clara – Diretor Presidente.

AVISO AOS ACIONISTAS - Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Sociedade, na cidade de Simões Filho, na Via Periférica, nº 5.352, Estado da Bahia, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31.12.2013. Simões Filho (BA), 26 de março de 2014. Rogério Brito de Santa Clara – Diretor Presidente.

**RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA S/A**

CNPJ/MF nº 15.122.468/0001-26

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, na Rua Jardim Federação nº 81 – Federação, nesta capital, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. A Diretoria. Salvador, 20 de março de 2014.